

PELA CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA DEMOCRACIA: ENTRE CONSELHOS POPULARES E CIBERDEMOCRACIA

Alvaro Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

alvaro_ferreira@puc-rio.br
alvaro.ferreira.geo@gmail.com

Temos por objetivo apontar para novas possibilidades de criação de estratégias para chegarmos à verdadeira democracia. Pode parecer estranho falar em verdadeira democracia em uma época em que dentre os 193 países existentes no planeta, grande parte deles é considerada democrata. Aliás, mesmo em países em que governos autoritários estão instalados, em geral seus governantes proclamam-se democratas.

Em 2013, o índice de democracia elaborado pela *Economist Intelligence Unit* permitiu avaliar e classificar os Estados-Nações quanto ao exercício da democracia, tendo participado da pesquisa 167 Estados. O índice baseou-se em 60 indicadores agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Os países foram divididos nas categorias Democracias completas (25 países), Democracias imperfeitas (54 países), Regimes híbridos (37 países) e Regimes autoritários (51 países). A Noruega foi considerada o país mais democrático, a Espanha ocupa a faixa classificada como democracias completas e o Brasil encontra-se na faixa de Democracias imperfeitas, juntamente com, por exemplo, Portugal, França, Itália e Chile.

Em outubro de 2017, pesquisa realizada pela ONG chilena Latinobarómetro revela que o apoio à democracia na América Latina vem caindo há cinco anos e, preocupante, apenas 53% dos cidadãos consultados mostram-se partidários dessa forma de governo. Entretanto, um olhar mais cuidadoso diante dos resultados da pesquisa mostra-nos que, verdadeiramente, há uma percepção por parte da população de que há um declínio da democracia e que ele se acentua ainda mais nos últimos anos. É nesse sentido que aparece na pesquisa a falta de apoio à democracia realizada nos países latino-americanos. Isso porque há uma percepção de que cada vez mais se governa para uma pequena parcela da população. Outro ponto importante a destacar é que há uma total e direta associação à ideia de democracia associada ao Estado, aos governantes.

Outro relatório divulgado no início de 2018, desta vez pela Fundação Bertelsmann, da Alemanha, intitulado Índice de Transformação, afirma que a avaliação da qualidade da democracia, da economia de mercado e dos governos em nível mundial está no pior nível desde 2006 (ano do primeiro relatório realizado pela fundação). Os resultados da pesquisa

alemã têm abrangência global, embora apresente-se na América Latina de forma bastante clara. É possível ler no relatório que haveria uma crescente ameaça à legitimidade da democracia em si, já que vem perdendo apoio da população. Isso é perigoso, pois essa insatisfação com a maneira segundo a qual a democracia vem funcionando, ameaça transformar-se em um descontentamento com a democracia enquanto tal.

A sensação de insatisfação e desânimo encontra-se associada, segundo os consultores, à crescente discrepância entre as principais demandas dos cidadãos e a falta de capacidade de resolver os problemas por parte das elites políticas. Os escândalos de corrupção divulgados nos últimos anos contribuíram para o crescimento da insatisfação, e espalham-se mundo afora.

Na América do Sul, há ainda o trauma de ter passado por cerca de uma década de governos que se apresentavam como aqueles que conformariam uma nova integração regional para superar o *status* de “quintal” dos Estados Unidos da América. E a partir desta observação, é preciso fazer certa contextualização.

Estratégia errada?

No início dos anos 2000, coincidentemente (mas nem tanto), após décadas de governos de direita ou centro-direita, candidatos de partidos classificados como progressistas, de alinhamento mais à esquerda chegaram ao poder. E, durante um período, o mundo viveu, mais especificamente a partir de 2003, o aumento especulativo dos preços internacionais dos *commodities*; ou seja, o preço das matérias-primas sofreu contínuas elevações de preços no mercado internacional.

O que se viu, então, foram inúmeras declarações dos governantes apontando para o forte crescimento do superávit dos países sul-americanos. Houve, nesse sentido, forte popularidade de seus governantes. Entretanto, embora com forte aprovação popular, não promoveram políticas com o objetivo de modificar a estrutura produtiva.

Assim, vimos a Venezuela tornar-se extremamente dependente do petróleo, que representava 95% das exportações durante o período em que o Presidente Hugo Chaves esteve a frente do governo.

O Brasil, considerado anteriormente o país mais industrializado da região, tem baseado sua economia de exportação em soja, minério de ferro, tendo a China como grande comprador. O petróleo também cumpriu importante papel no período, visto que os royalties abasteciam as cidades com dinheiro que parecia ser infindável. O preço do barril do petróleo havia alcançado um preço que viabilizava a exploração em águas profundas, chegando até o chamado pré-sal. No Peru, grande parcela de suas terras foi cedida em concessão à mineração. Na Argentina vê-se aumentar o número de hectares destinados ao cultivo transgênico de soja, milho e algodão.

Estes são alguns exemplos, e como podemos observar, todos fortemente baseados na dependência das exportações de bens primários; nenhum deles buscou ultrapassar o modelo extrativista (Raúl Zibechi, Décio Machado, 2017). Ao que parece, podemos identificar lógicas

comuns no caminho trilhado pelos governantes desses países: o fortalecimento do Estado, a implementação de políticas sociais compensatórias, o modelo extrativo exportador (*commodities* como base da economia), a realização de grandes obras de infraestrutura e de revitalização urbana.

Não resta dúvida de que houve maior preocupação com a população mais necessitada e fragilizada devido a uma longa história de segregação e desigualdade social.

Todavia, não houve mudanças na estrutura estatal; aliás, em geral, houve maior fortalecimento e centralização do poder do Estado. Pensou-se que o que é possível conseguir é sempre pelo Estado, pelo partido político e pelas instituições existentes, “mas a emancipação não pode deter-se aí”¹. Mais uma vez limitamo-nos a acreditar que a conquista do Estado é a salvação. Sequer pensamos noutra possibilidade, uma possibilidade outra de mundo, em que a referência central vá para além do Estado ou dos partidos políticos da maneira que conhecemos.

Como pensar a democracia então?

Falar de democracia exige uma reflexão para além da elaboração de classificações e índices; o fato é que, na modernidade, a realização da democracia passou a ser concebida na forma de um “Estado democrático”, o que parece uma associação equivocada, pois como afirma Karl Marx², “todas as formas de Estado têm a democracia como sua verdade e por essa razão elas são falsas posto que não são a democracia”. Ou seja, a democracia não pode ser confundida com uma forma de Estado. A concepção de democracia em Marx se realiza para além do Estado e contra essa forma de Estado. Aqui é possível apreender a necessidade de concepção de outra forma de organização política para a realização da verdadeira democracia.

Para entendermos melhor a ideia de verdadeira democracia é preciso compreender que, para Marx (ed. 2005), o Estado político representa a separação do povo em relação à sua própria essência; assim, temos a separação entre Estado e sociedade civil. Para Marx, na verdadeira democracia o Estado político desapareceria, assim como desapareceria também a sociedade civil (o Estado não político). Assim, a verdadeira democracia não é uma forma de Estado existente, mas um princípio político. A comunidade é a forma política da democracia, e ela se organiza a partir da ideia de associação. Na verdadeira democracia não há alienação entre o Homem e a estrutura política. Aqui as noções de autodeterminação, autogestão, autogoverno e emancipação também se apresentam como fundamentais.

Ao refletir sobre a sociedade civil e o Estado modernos, estava claro para Marx (ed. 2005) que a sociedade se baseia no individualismo, o que afasta o ser humano de sua dimensão social. Nesse sentido, a exacerbação de relações cada vez mais competitivas impostas pela sociedade social leva a conformação de seres humanos cada vez mais isolados. Acreditava Marx que seria a verdadeira democracia o caminho para frear essa lógica, justamente porque

¹ Zibechi, Machado, 2017, p. 26

² Marx, 2005, p. 49-50

transformaria “os indivíduos isolados em seres sociais justamente por meio do caráter político que assumem quaisquer de suas atividades individuais”³.

A democracia não deveria ser engessada em formas, pois ela poderia existir sem o Estado, já que para Marx o Homem deveria ser o sujeito e não o Estado. Assim, a democracia estaria ligada à atividade humana, à sua prática e à vida. A unidade entre Estado e Sociedade Civil unificaria indivíduo e cidadão, particular e universal.

Chegamos, dessa maneira, à afirmação de Thamy Pogrebinschi de que “a cidadania passa a se definir ativa e efetivamente como a prática democrática dos homens que é constitutiva de sua própria forma de organização política”⁴. Em outras palavras, o que torna os cidadãos ativos é sua própria atividade humana, já que ela é totalmente preenchida de sentido político, constituindo assim a verdadeira democracia. Tal percepção leva Pogrebinschi a acreditar que quando as dimensões universal e particular se encontram, “todas as atividades individuais passam a ter um sentido público, dizem respeito à gestão coletiva da comunidade”.

Como pensar, efetivamente, a democracia então? Foi esta a pergunta que deu título a esta parte de nosso artigo e, sem dúvida, não temos a pretensão de dar uma espécie de resposta definitiva. Porém, a certeza de que as dimensões individual, social e política encontram-se reunidas comprova-se através da afirmação de que “toda atividade individual é também uma atividade social com efeitos políticos”⁵; e assim, pensar que as atividades pessoais e profissionais dos indivíduos tornam-se totalmente interligadas com as tarefas e gestão da coisa pública, leva-nos ao ponto em que podemos afirmar que a democracia é realmente constitutiva da comunidade e dos seres humanos que ali vivem.

Acreditava Marx que para tal, seria necessário pensar em uma outra forma de organização política. Essa forma teria que ultrapassar a separação entre Estado e Sociedade Civil. Lembra-nos esse autor que seria necessário ir além das possibilidades apresentadas, até então, à sociedade civil, que não passavam de uma existência política ilusória. Tais reflexões nos empurram para caminhos que apontem para formas comunitárias que realizariam a democracia com menos mediações, de forma a caminhar em direção a formas de autogestão.

Esse conjunto de noções, realmente pouco aprofundadas por Marx, dariam suporte para a compreensão do caminho indicado por ele, entretanto torna-se mais do que necessário, mas fundamental, que as repensemos com o objetivo de projetar um mundo em que não mais estejamos guiados e aprisionados no capitalismo.

O resgate dessa reflexão realizada por Karl Marx na primeira metade do século XIX e retomada por ele em 1871, na obra intitulada “A guerra civil na França”, não deve e nem pode ser retomada sem a devida contextualização com o momento atual. Tal falta de cuidado seria “engessar” o tempo e esquecer que Marx falava como pensador de seu tempo e refletia sobre a realidade europeia; aliás, sobre determinada parcela da realidade do continente, mais especificamente, Inglaterra, França, Bélgica e parte do que seria a Alemanha.

³ Pogrebinschi, 2007, p.60

⁴ Pogrebinschi, 2007, p. 63

⁵ Pogrebinschi, 2007, p. 64

Em busca da verdadeira democracia: menos impossível do que parece

Com o objetivo de chegarmos à proposta de construção da verdadeira democracia faz-se necessário termos em conta, também, o crescimento da humanidade e das grandes cidades; é preciso lembrar que Marx falava no desvanecimento do Estado, isso significa que a transformação se daria paulatinamente, então é necessário refletir como implementar esse processo; é preciso observar as experiências que têm sido postas em curso atualmente; e, finalmente, importa investigar as possibilidades que as tecnologias de informação e comunicação podem proporcionar.

Parece que um dos grandes desafios a transpor seja a diferença e distância entre gestão e propriedade. As próprias experiências denominadas socialistas viram-se vitimadas por essa diferença e distância. Ou seja, mesmo quando afirmavam que a propriedade dos meios de produção era do povo, já que eram de propriedade do Estado, o pequeno grupo que controlava o Estado acabava se convertendo numa espécie de nova elite e acabava tendo um tratamento totalmente diferenciado em relação ao restante da população. Essa reflexão levou Raúl Zibechi e Decio Machado a afirmarem que “mais crescimento, mais produção com maior divisão de bens não conduzem a nada mais que a reprodução da sociedade opressora que conhecemos”⁶.

Parece que algo fundamental para não reproduzirmos o estado de coisas atual seja escaparmos da separação entre gestão e propriedade. Talvez seja necessário, inclusive, retrabalhar a noção de propriedade. Caso repensemos a necessidade de conviver com a propriedade da maneira com que estamos acostumados, outras possibilidades de convivência podem tomar forma. Poderíamos pensar em terrenos para usos coletivos e das famílias, poderíamos pensar na prioridade do valor de uso, ou em como a ideia de herança pode ser descartada.

Por que não pensar na possibilidade da gestão como parte do trabalho coletivo? Por que não pensar na rotatividade daqueles que estão à frente da gestão para não “eternizar” determinados sujeitos dando-lhes excessivo poder de decisão? É preciso pensar em conselhos populares que se debrucem sobre questões que afligem a população mais diretamente. Evidentemente, não se trata de acreditar que tudo se resolve no âmbito local, mas é fato que é na escala do lugar que a população sente mais fortemente os efeitos da desigualdade na produção do espaço, e que se refletem na diferença de infraestrutura dos bairros, na falta de transportes coletivos de boa qualidade, nas péssimas condições de trabalho de determinadas parcelas da sociedade, na valorização diferenciada do espaço urbano, na criação de territórios em que o poder do tráfico de drogas e das milícias controlam e apavoram a população que está submetida ao seu controle etc. Em outras palavras, é preciso ter em conta a questão da proximidade. Seja no que tange à escala da ação, seja no que se refere à instância administrativa. A ideia de vivermos em uma cidade como o Rio de Janeiro, com cerca de 6,5 milhões de habitantes, em que o responsável por todos os problemas é o prefeito nos coloca uma impossibilidade de acesso muito grande. É preciso termos outras instâncias de acesso, que estejam mais próximas da população. E isso não se resolve com os vereadores da cidade, que tem cargos no âmbito do poder legislativo. Tudo isso contribuiria para a construção de uma gestão coletiva desde baixo.

⁶ Zibechi, Machado, 2017, p. 39

Há algumas experiências que nos animam a acreditar que é possível trabalhar pela transformação da lógica capitalista e que o verdadeiro exercício da democracia é realmente viável. São experiências espalhadas por vários locais, em diversas cidades mundo afora. Todas guardam suas especificidades, mas acreditamos que possam ser exemplos para outras cidades do mundo.

O movimento zapatista, na região de Chiapas, no México, mais fortemente identificado em meados da década de 1990, traz alguma esperança no que se refere à criação de algo para além do capitalismo. Segundo os participantes do movimento, o motor de tudo são os trabalhos coletivos. Trata-se da construção de novas relações sociais. Inclusive, devido aos trabalhos coletivos, as comunidades podem investir em educação e saúde.

O uso da terra é dividido em terrenos para uso coletivo e para uso das famílias. O cultivo comunitário e a criação de gado são realizados nos terrenos de uso coletivo e o cultivo para autoconsumo é realizado nos terrenos familiares.

Se em princípio pode parecer que a parte da terra que se destina à produção para autoconsumo trata-se de uma forma de propriedade privada, isso não é verdade. A terra não é propriedade de quem quer que seja, não existe a propriedade da terra. Ela tem valor de uso, entretanto não se herda e nem é permitido vender a terra, que é vista como bem coletivo. As terras são de quem as usa, “mas quando deixam de usá-las, porque já não pertencem ao movimento, porque faleceram ou por qualquer outra razão, a comunidade decide que uso lhes darão”⁷. E aqui, o ponto que parece fundamental é a dissolução da diferença entre propriedade e gestão. É a comunidade que decide as terras que serão ocupadas, quantos dias serão trabalhados para a família e para os trabalhos coletivos. Ademais, o trabalho coletivo não precisa ser apenas na terra, pode ser na negociação e venda da colheita, no apoio à construção de bens coletivos (escolas, hospitais e comércio) etc. Não há comando central, pois cada instância da comunidade é autônoma na tomada de decisões. O trabalho coletivo inclui toda a dinâmica da vida da comunidade, inclusive as assembleias, tomadas de decisão e de representação. Nesse sentido, a gestão é parte do trabalho coletivo e seus membros são alternados constantemente e a própria comunidade avalia o trabalho executado pelo coletivo.

Algo muito semelhante acontece na pequena comunidade peruana de Maras, localizada em Cuzco. A produção de sal mineral é compartilhada pelos moradores da vila e cada família tem direito a um pequeno quinhão para exploração de sal. Ao final de cada período a coletividade negocia a produção e divide entre as famílias que trabalharam na extração. Somente os moradores de Maras têm direito de explorar a produção de sal, e se alguém morre ou parte da cidade para outro local a parcela de terra é redistribuída para outros membros da comunidade que ainda não tem seu quinhão. Não há proprietários, apenas pessoas que compartilham a produção do sal enquanto ali vivem e trabalham. Em Maras, o costume é que quando duas pessoas constituem uma família passam a ter direito ao uso de um quinhão de terra para exploração do sal e tudo é decidido pela própria comunidade na forma de autogestão, desde a produção, o armazenamento, a negociação e a venda.

Em um conjunto habitacional em Grenoble, na França, os próprios moradores organizaram um espaço em que são realizadas reuniões para pensar e discutir as suas necessidades e as estratégias de ação. São os próprios moradores que decidem o que e como realizar

⁷ Zibechi, Machado, 2017, p. 30

modificações que melhorem sua condição de vida; inclusive fizeram modificações para interligar os vários prédios do conjunto habitacional através de passagens em diversos andares, o que facilita a comunicação interna.

Nas reuniões realizadas no espaço de debates foi levantada a necessidade da criação de uma escola para atender as crianças do conjunto habitacional. Assim, foi construída uma escola no térreo do edifício, o que permitiu, inclusive, que as crianças possam ir comer em casa no intervalo das aulas. Não apenas a escola, mas também foram criados uma farmácia, um pequeno mercado e uma lavanderia, que foram distribuídos pelos prédios do conjunto habitacional. Tudo isso decidido pelos próprios moradores e idealizado dentro de uma lógica que valorizava a ideia do “breve deslocamento a pé”. Nas áreas comuns são desenvolvidas atividades esportivas e o próprio convívio social é valorizado através da conservação dos jardins.

Na Espanha é possível vermos alguns exemplos interessantes. Temos o Campo de Cebada – situado no bairro de La Latina, no centro de Madri – que surgiu depois que uma antiga piscina pública foi demolida, em 2009, e que ao contrário do prometido pelo governo, nada foi feito no local. O enorme espaço abandonado, cercado e fechado ao público, foi encampado pelos moradores e depois de diversas reuniões com associações locais e com a prefeitura, acabou destinado à gestão dos moradores, e é agora uma praça pública gerida por vizinhos, usuários e amigos, que acreditam que seja fundamental construir espaços urbanos públicos diferentes, projetados por e para os usuários. O modelo aberto e a gestão em assembleias cotidianas geraram uma infraestrutura cidadã, que incorporou um conteúdo social e cultural. Ali é possível observar projetos de hortas urbanas, campos esportivos, peças de teatro, cinemas de verão e universidades populares. O Campo de Cebada foi transformado em um espaço para o debate, o encontro e o conflito de opiniões. Um espaço projetado para favorecer as trocas cotidianas e o exercício do ser político (Zuloark, 2016). Trata-se de um espaço aberto em que os coletivos e os articuladores iniciais basearam-se no que se convencionou chamar de DIFO (*Do It For Others*); ou seja, são produzidos para que outras pessoas desfrutem do lugar. Há sempre algo acontecendo, assembleias, eventos culturais, festivais, aulas abertas, eventos esportivos etc.

Outro exemplo em Madri é La Tabacalera, uma antiga fábrica de tabaco, que abriga inúmeros eventos e festivais. Essa antiga instalação também é organizada e administrada através da autogestão.

Bernardo Gutierrez⁸ afirma que o projeto Los Madriles – Atlas de Iniciativas Vecinales, já tem mapeados 112 espaços da cidade que se administrados a partir da autogestão. Trata-se de uma espécie de cartografia do comum em Madri, e inclui diversas atividades, como hortas urbanas, cooperativas culturais, centros sociais (Centros Sociales), bancos de tempo (Banco del Tiempo), espaços de ensino e aprendizado (como, por exemplo, o *Do It Yourself*), cinemas comunitários (Cinema Usera), centrais térmicas autogestionadas (Central Térmica de Orcasitas), mídia livre autônoma etc.

São iniciativas criativas e que apontam para novas possibilidades. O Banco del Tiempo, por exemplo, é um sistema de troca de serviços, conhecimentos e cuidados por tempo. A unidade de valor é a hora, independente do serviço que esteja sendo oferecido ou que esteja sendo

⁸ Gutiérrez, 2016

recebido. O objetivo do projeto é ajudar as pessoas a solucionar pequenos problemas da vida cotidiana e, conseqüentemente, criar redes sociais baseadas na ajuda mútua e na solidariedade. Inúmeras atividades são oferecidas, tais como o transporte de crianças ao colégio, acompanhamento de pessoas idosas, massagens corporais, maquiagem, tratamentos capilares, tarefas domésticas (cozinhar, pequenos reparos elétricos, de persianas etc.), cuidado de animais e plantas, assessoria na área de informática, aulas de navegação na Internet, aulas de língua estrangeira, auxílio nos trabalhos da escola, aulas de música, de pintura ou de decoração etc.

Na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) é possível observar projetos de hortas urbanas. Existem pelo menos 66 espalhadas pela cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente. Podemos citar a Horta Comunitária do Cosme Velho, que foi iniciada em 2012 por um grupo de amigos e moradores do bairro, através de ações comunitárias e de caráter voluntário. Além disso, utiliza práticas de horticultura urbana para estimular o convívio social em uma área urbana antes abandonada: um antigo terreno baldio ao lado da estação de bondes para o Cristo Redentor. Os produtos são distribuídos através de doações à comunidade.

A Horta Comunitária do Cosme Velho promove piqueniques com a comunidade em eventos para troca de mudas, palestras, visitas guiadas, oferecem chás de ervas, temperos e mudas de plantas. Dentre as palestras e cursos promovidos, podemos citar o uso correto da água, produção de adubo orgânico, horticultura agroecológica e respeito à natureza.

Iniciada em junho de 2015, em um bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a Horta Comunitária do Grajaú tem tido ótimos resultados. O bairro com ar de cidade do interior teve dois canteiros de sua praça central ocupados por um grupo de frequentadores do bairro para cultivar uma horta e um pomar.

Há exemplos de mercados autogestionados em Atenas e nos arredores de Paris em que os próprios produtores negociam seus produtos sem a presença de intermediários.

Há também exemplos de conselhos comunais, que inicialmente pareceram bastante importantes, mas que com o decorrer do tempo mostraram sérios problemas na Venezuela. Apesar do discurso do governo ser de que os conselhos eram totalmente autônomos, todas as instâncias do “poder popular venezuelano” estão submetidas ao poder público, então “não se trata de um contrapoder, mas de uma engrenagem a mais dos poderes existentes”⁹. Se fizermos uma reflexão breve sobre um poder autônomo, perceberíamos que um poder assim não teria limite e se autolimitaria quando achasse conveniente. Todavia, no caso venezuelano conselhos populares “foram criações desde cima, o que significa que estão submetidos a esse de cima que os criou”¹⁰. O que não quer dizer que a ideia de conselhos populares não seja importante.

Em Lisboa, Portugal, um projeto conhecido por BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária)¹¹ obteve bons resultados já em um curto prazo. Entretanto, este projeto partiu

⁹ Zibeche, Machado, 2017, p. 15

¹⁰ Zibeche, Machado, 2017, p. 16

¹¹ Para maiores informações é possível acessar <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/137372027908aOJ7iz1Ay61NC5.pdf>

também de instâncias governamentais, mas contribui para transferir a responsabilidade da definição do que a comunidade deseja, da fiscalização e da própria gestão dos recursos e atividades para a própria comunidade. Isso cumpre um papel importante no médio/longo prazo, pois constrói no imaginário social a percepção de que a autogestão é fundamental para que a vida no âmbito do lugar melhore.

O programa visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria de condições de vida da população residente. É destinado a parcerias entre as juntas de freguesia (menor instância administrativa), associações locais, coletividades e organizações não-governamentais, e tem como um de seus objetivos reforçar a coesão social e espacial no município. Além disso, objetiva também fomentar a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções através da participação da comunidade para a busca de melhoria das suas condições de vida. Isso traria maior harmonia na cidade e contribuiria para melhor acesso aos bens e serviços por parte da população.

As intervenções incluem limpeza do espaço público, organização de exposições, eventos comunitários, criação de espaços de Internet, áreas destinadas ao lazer de crianças, jovens e idosos, bibliotecas, midiatecas, edição de publicações informativas para/da comunidade, sistemas de trocas locais, hortas urbanas, recuperação de instalações para novos serviços à comunidade etc.

Tratam-se de possibilidades do exercício da democracia de forma intensa. Os projetos devem promover sempre a participação dos moradores na identificação e resolução de seus próprios problemas. Tudo isso promove no cidadão a percepção de sua corresponsabilidade na qualidade de vida do bairro, e, dessa maneira, vão surgindo as denominadas “Lojas Solidárias e Sociais”, que promovem a troca de tempos e de bens (assim como ocorre em determinadas localidades da Espanha).

Em várias localidades que implementaram o BIP/ZIP foi observado o desenvolvimento, por moradores, de projetos que promovem a economia local e que promovem, também, a troca de saberes com o objetivo de criar novas competências. Também foi observado que os projetos têm melhorado a imagem do bairro, desde o aspecto visual até a superação de preconceitos sociais, seja por parte dos moradores do local ou pelo restante da sociedade.

Embora, como dissemos, o ponto de partida tenha sido de determinada instância de governo, acreditamos que o desenvolvimento do projeto construa e incentive a participação mais intensa dos cidadãos. O grande desafio é fazer com que a duração dos processos de mobilização e participação não se restrinjam ao período de vigência do projeto de intervenção.

Finalmente, há também a possibilidade de utilizarmos as tecnologias de informação para incrementar novas possibilidades de participação popular. Temos como exemplo os novos espaços gerados pela Internet, que trazem novas possibilidades, como a denominada ciberdemocracia, em que o cidadão pode participar mais ativamente da coisa pública.

Se podemos realizar um sem fim de operações bancárias via Internet e também compras *online*, por que não pensarmos em consultas diretas à população através das tecnologias de

informação e comunicação? Isso pode contribuir para a realização de uma democracia mais horizontal. Trata-se da criação de processos e mecanismos de debate que aproximassem o cidadão e o Estado, chegando assim a uma política de decisões em que a participação se torne cada vez mais intensa.

Entretanto, a realidade de muitos cidadãos brasileiros, que moram em áreas controladas por traficantes de drogas ou por milícias, traria grande dificuldade em participar de certas chamadas públicas de participação cidadã via Internet, visto que poderiam ser controlados e induzidos a tomar as decisões definidas por esse grupo de traficantes ou milicianos. Talvez para esse grupo de moradores fosse necessário criar espaços públicos de acesso à rede de computadores em locais fora do controle desses grupos criminosos. Embora tal reflexão seja absurda em si, trata-se de uma triste realidade das maiores cidades brasileiras.

Simultaneamente possibilidades e desafios...

Embora tenhamos apresentado alguns exemplos interessantes e até mesmo promissores, ainda são muito poucos e por vezes de curta duração. Em geral, o papel da ação coletiva tem sido marginal ou pouco valorizado, salvo quando se manifestam de forma mais intensa e por vezes violenta, em que a grande mídia incensa-os visando o aumento da audiência. Entretanto, logo outro evento toma seu lugar no noticiário televisivo.

Todavia, como nos lembra o geógrafo português João Ferrão¹², é impossível negar “a existência de dinâmicas quase sub-reptícias de mobilização, participação e transformação que (...) alteram pedaços da cidade – ruas, bairros, frentes marítimas, áreas verdes – através da introdução não programada de novas lógicas de produção e apropriação da cidade”.

A partir dessa certeza aquele autor apresenta uma perspectiva que pode ser vista através de três modalidades de participação de cidadãos em processos de microprodução das cidades: participação reativa; participação induzida; participação por iniciativa própria.

A participação reativa encontra-se ligada a situações conflituosas e de resistência. A superação dos conflitos passa pela oferta de contrapartidas àqueles que contestam. Como nos lembra Ferrão, tratam-se de movimentos de participação “predominantemente reativos e de duração efêmera”. Ou seja, após negociadas as reivindicações o movimento chega ao fim.

A participação induzida tem por base a forma de participação nascida de procedimentos institucionalizados; ou seja, nascem de cima para baixo. Orçamentos participativos – muito em voga no Brasil nos anos de 1990 – são exemplos dessa modalidade. Aqui, a ignição não se dá como forma de resistência a situações indesejadas, parte de instâncias governamentais externas às comunidades envolvidas. Em geral, “a mobilização e participação coincide com o período de vigência da iniciativa ou do programa em causa”¹³. O próprio programa BIP/ZIP, em Lisboa, citado anteriormente é um exemplo dessa forma de participação.

Finalmente, a participação por iniciativa própria nasce, por razões de consciência cidadã, diretamente da sociedade civil, e tem por objetivo o desejo de transformação do espaço

¹² Ferrão, 2015, p. 217.

¹³ Ferrão, 2015, p. 218.

cotidiano, e da própria vida. Associações de moradores, coletivos, comitês populares ou grupos auto-organizados que se juntam para trabalhar pela reapropriação do espaço urbano são exemplos dessa modalidade de participação.

É preciso valorizar a criação de espaços relacionais não institucionalizados, que apoiem e viabilizem a organização social e aponte novas possibilidades de exercício do caminho em direção da verdadeira democracia.

Temos visto, e aqui apresentamos alguns exemplos, várias mobilizações que se apoiam e defendem o horizontalismo. Todavia, muitas vezes, a busca por esse tipo de ação de uma maneira ilimitada pode levar a infinitos adiamentos de tomadas de decisão. Isso porque sempre haveria mais pessoas a serem incluídas no debate. Além disso, como nos lembra o filósofo Rodrigo Nunes¹⁴, quando essa grande assembleia é tomada como o único centro legítimo de tomada de decisões, “a assembleia passa a representar o movimento como um todo, de forma que iniciativas vindas de qualquer outro lugar são vistas como abusos de procedimento ilegítimos ou tentativas mal-intencionadas de usurpação, independentemente de quão relevantes ou úteis sejam e do quão limitada uma assembleia (por maior que seja) ainda é”. Assim, parece importante pensarmos em debates a partir da criação de conselhos populares, de bairros e temáticos, mas, após a realização desses debates, talvez devêssemos considerar algumas formas de representação para encaminhar as demandas para as instâncias governamentais.

Frente a isso, não estamos afirmando a necessidade do rompimento com a horizontalidade, mas de efetivamente descobrirmos caminhos para lidar com os seus limites. Isso significa tratar esses limites “como constitutivos, ao invés de meramente acidentais”¹⁵. Nesse sentido, a utilização das tecnologias de informação e comunicação cumprem importante papel, já que facilitam a criação de organizações em forma de redes.

É preciso não descartar esse tipo de organização, que embora não esteja ocupando fisicamente um mesmo local, constitui-se como rede. Tendo isso em mente, Nunes¹⁶ acredita que “uma assembleia geral, independentemente do tamanho, é apenas um *topos* entre outros em uma topologia de rede mais vasta”. E nesse caso, “aquilo que totalizamos como ‘o movimento’ é, na verdade, uma rede não totalizável composta de várias redes diferentes, um sistema-rede que nunca é plano ou indistinto, mas que está constantemente se diferenciando, adquirindo e perdendo nós e laços de diferentes intensidades”.

É fundamental pensar em estratégias para radicalizar a democratização das decisões, porque apenas assim focarão verdadeiramente as necessidades da comunidade. Para tanto, como vimos, é necessário descentralizar as decisões e transferir a responsabilidade para a população. Mesmo os partidos políticos ditos progressistas, muitas vezes com ótimas intenções, acabam centralizando ainda mais as decisões e contribuindo para o fortalecendo o Estado, quando, na verdade, deveriam transferir poderes para a população.

São muitos os desafios, mas, como vimos, há experiências reais que nos animam a pensar que outras possibilidades são mesmo possíveis. Precisamos escapar da ideia, que nos conforma

¹⁴ Nunes, 2016, p. 12.

¹⁵ Nunes, 2016, p. 12.

¹⁶ Nunes, 2016, p. 13.

desde muito tempo, de que a única opção é buscar a mais vantajosa forma de inserção possível dentro desse mundo em que impera a lógica capitalista.

É preciso pensarmos em novas formas de debates coletivos, que recuperem o controle da cidade pelos cidadãos. Parece que a questão da proximidade é o ponto de partida para a inserção da população na definição de propostas e para a concretização da autogestão; seja a partir da rua, do bairro ou de um conjunto de bairros. O economista Ladislau Dowbor¹⁷ corrobora nossa posição afirmando que “o poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessária”.

É preciso escapar da construção no imaginário social de que as políticas, as propostas urbanísticas, as definições de necessidades em infraestrutura são de responsabilidade exclusiva das instâncias do Estado. Isso é altamente imobilizador. Todavia, os mecanismos participativos têm se mostrado crescentes. É importante valorizar essas ações e movimentos de âmbito local, apoiá-los e construir pontes entre essas mobilizações de proximidade com outras de caráter mais macro. É verdade que, por vezes, a organização da comunidade dura apenas até conseguir sua reivindicação, mas é preciso trabalharmos a partir dessas demandas populares e ajudá-los a encontrar os nexos aglutinadores para lutas mais amplas. Mas, talvez, esse seja apenas o começo de um aprendizado, algo que pode seguir sendo concretizado aos poucos. Efetivamente, significa construir um caminho para a transformação do estado de coisas atual a partir da seguinte questão: sim, somos diferentes e temos diferenças, mas o que nos une na luta pela construção de um mundo melhor?

O exercício da participação e da autogestão relaciona-se com a luta pela desalienação, por uma vida que tenha outro sentido; liga-se a produção de algo novo. O filósofo francês Henri Lefebvre¹⁸ acreditava, juntamente com os situacionistas, que para escapar da alienação, da mercadificação e da espetacularização seria preciso ir além das formas tradicionais (greves, participação em partidos políticos e sindicatos), caminhar em direção da criação de situações revolucionárias. Para isso, várias possibilidades têm de ser consideradas: ações espontâneas, intervenções artísticas, pichações... E neste pequeno texto, alguns exemplos de ações que podem ser consideradas revolucionárias foram apresentados. É preciso criar nexos aglutinadores que ajudem a criar elos às lutas e que nos auxiliem a entender as origens e a própria natureza dos problemas.

Enfim, tudo isso significa pensar no direito à produção do espaço, e isso significa pensar para além do capitalismo, para além da separação entre Estado e sociedade civil. É necessário fortalecer a ideia de comunidade para, então, alcançarmos a verdadeira democracia.

Bibliografia

BERTELSMANN FOUNDATION. Em <http://www.bfna.org/>, consultado em 25/03/2018.

DOWBOR, Ladislau. O poder local. *PISEAGRAMA*. Belo Horizonte, número 09, p. 76-85, 2016.

¹⁷ Dowbor, 2016, p.77.

¹⁸ Lefebvre, 1991, p. 144-145.

FERRÃO, João. Governança democrática metropolitana: como construir a “cidade dos cidadãos”? In FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de. (Orgs.) *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 209-224.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Madri do comum. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 9, p. 96-103, 2016.

LATINOBARÓMETRO. Opinión Pública Latinoamericana. Em <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>, consultado em 25/03/2018.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NUNES, Rodrigo. Liderança distribuída. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 09, p. 10-19, 2016.

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma da democracia em Marx. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, fevereiro, 2007.

ZIBECHI, Raúl, MACHADO, Decio. *Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

ZULOARK. Parlamento cidadão. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 09, p. 104 - 111, 2016.